

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2013

(Do Sr. Francisco Praciano)

Solicita ao Exmº Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Parintins (anos de 2003 e 2004) na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e parágrafos 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, o presente **pedido de informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Parintins (anos de 2003 e 2004) na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município.**

Ainda com relação às irregularidades que foram detectadas no município de Parintins/AM (todas relacionadas nas tabelas que seguem no anexo único que acompanha este Requerimento), sob responsabilidade das administrações municipais dos anos de 2003 e 2004, pedimos, em especial, que nos seja informado se:

- a) as irregularidades então especificadas se encontram, presentemente, sanadas;
- b) as irregularidades então especificadas motivaram tomadas de contas especiais;
- c) as irregularidades então especificadas foram levadas a conhecimento do Ministério Público Federal ou dos órgãos de defesa do Estado, para que esses pudessem atuar no âmbito de suas competências.

Além das informações acima mencionadas, solicitamos, também, que nos seja informado se outras irregularidades na aplicação de recursos para a educação foram detectadas pelo Ministério da Educação fora dos anos das fiscalizações realizadas pela CGU no referido município.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, realizado anualmente pela Controladoria-Geral da União (CGU) para inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública, sorteou no Estado do Amazonas, nos anos de 2003 e 2004, o município de Parintins.

Após os exames de contas e documentos, as inspeções pessoal e física das obras e serviços em realização à época das inspeções e os contatos com as populações dos mencionados municípios (diretamente ou através dos conselhos comunitários e outras entidades organizadas), os auditores da CGU encarregados das fiscalizações no referido município produziram, para cada uma das distintas fiscalizações, Relatórios específicos que, presentemente, encontram-se publicados na página do órgão na internet.

Relaciona-se a seguir, para cada ano em que houve a fiscalização, o número total de irregularidades detectadas – somente na área da educação -, bem como o montante dos recursos parcialmente desviados ou mal aplicados:

ANO DE 2003:

- Número de irregularidades: 13 (treze)

- Montante dos recursos (somente para Parintins): R\$ 2.362.917,80 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e dezessete reais e oitenta centavos).

Observação: Além do montante acima relacionado, foi também alvo de fiscalização o montante de R\$ 1.235.566,00 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais), repassado para todo o Estado do Amazonas (não sendo informado, no Relatório CGU, qual a parcela destinada a Parintins).

ANO DE 2004:

- Número de irregularidades: 2 (duas)

- Montante dos recursos: R\$ 100.654,24

Dentre as inúmeras irregularidades apontadas pelas fiscalizações da CGU, algumas delas comprometem gravemente a qualidade da educação e o desenvolvimento escolar dos alunos do município em questão, razão de sobra para que o ora Requerente, na qualidade de deputado federal eleito pelo Estado do Amazonas, venha a ter conhecimento das providências tomadas, até o presente momento, pelo Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2013.

Francisco Praciano
Deputado Federal (PT/AM)

ANEXO ÚNICO

TABELAS DE 1 A 5, REFERENTES ÀS IRREGULARIDADES DETECTADAS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS.

TABELA 1

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO ou PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Ação: Apoio à alimentação escolar na Educação Básica</p> <p>Parintins, 2003.</p> <p>Recursos: R\$ 692.812,80.</p>	<p><u>ANO DE 2003:</u></p> <p>1) Indícios de falta alimentação escolar ou atraso na sua entrega (Parintins – 2003);</p> <p><u>Parintins, 2003.</u> Essa situação se deu por duas razões: a) A quantidade de alimentos de cada remessa não é suficiente para suprir o número de dias/alunos projetado. Vale ressaltar que, apesar de haver um cardápio com a dosagem dos ingredientes envolvidos em cada refeição (<i>“per capita”</i>), nem sempre a merenda é preparada nos moldes recomendados, sob a alegação de ser incompatível com a realidade das crianças; b) Entre o término de uma remessa e a chegada/início de outra segue-se mais um período sem merenda escolar ocasionado, por vezes, pela dificuldade de transporte, uma vez que é a comunidade rural (professor, presidente da comunidade, etc) que tem que buscar/apanhar os alimentos na sede do município (SEMED) ou mesmo pela indisponibilidade dos alimentos na data prevista (licitação, fornecedores, etc).</p> <p>2) Armazém central ou das escolas sem estrutura adequada para estocagem de alimentos (Parintins – 2003);</p> <p><u>Parintins, 2003.</u> Condições de preparo também são inadequadas.</p> <p>3) Desconhecimento da existência de um Conselho de Alimentação Escolar – CAE no município (Parintins - 2003).</p>

TABELA 2

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO Ou PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL Ou PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR</p> <p>Ação: Apoio ao transporte escolar na Educação Básica ou Apoio ao transporte escolar para a Educação Básica - Caminho da escola</p> <p>Parintins, 2003. Recursos: R\$ 50.000,00</p> <p>Parintins, 2004. Recursos: R\$ 75.054,24</p>	<p><u>ANO DE 2003:</u></p> <p>1) Indícios de simulação de processo licitatório (Parintins - 2003)</p> <p><u>Parintins, 2003.</u> As evidências indicam que a licitação para a compra das embarcações foi “montada”: 1) as três únicas propostas admitidas na licitação Carta-Convite n.º 008/2002, realizada no dia 8 de março de 2002, são todas datadas de 9 de março de 2002; 2) todas as propostas têm o mesmo formato gráfico (os mesmos espaçamentos, o mesmo tipo de letras, as mesmas palavras e até os mesmos erros gráficos); 3) a diferença entre o preço da proposta vencedora entre as propostas é a mesma: R\$1.500,00; e 4) o preço da proposta vencedora é igual ao valor disponível pelo convênio: R\$56.000,00; 5) em visita ao Estaleiro São Francisco, situado na Rua Desembargador João Corrêa, 733, Santa Clara, encontramos o Sr. Raimundo de Jesus de Souza Silva (signatário da segunda proposta) e o Sr. José Paulo Reis Moraes (signatário da terceira proposta) trabalhando juntos com o Sr. Geraldo Mendonça da Costa (signatário da proposta vencedora) na fabricação de um barco. Foi constatado também que há em Parintins pelo menos três outros estaleiros (Estaleiro Boa Esperança, Estaleiro São José e Estaleiro Dom Pedro II), os quais não participaram da licitação, embora pareçam ter capacidade técnica para fabricar barcos com as características do edital. Embora as evidências acima apontem para uma montagem no processo licitatório, deve-se frisar que as embarcações foram adquiridas pelo preço de mercado, conforme se evidenciou na pesquisa de preço que a</p>

	<p>fiscalização fez junto a um dos outros estaleiros.</p> <p>2) Faixas horizontais em desacordo com o especificado (Parintins - 2003)</p> <p><u>Parintins, 2003.</u> Inscrição nas embarcações em desconformidade com o convênio. Consta ao lado das embarcações a inscrição: “Governo Federal” e ao lado a inscrição: “Prefeitura Municipal de Parintins”. No entanto, a Cláusula Segunda do convênio, item II, letra “m”, diz que deve constar a inscrição: MEC/FNDE/PREFEITURA MUNICIPAL DE ... - USO EXCLUSIVO DO ESCOLAR - DISQUE DENÚNCIA – 0800616161</p> <p>3) Atraso na apresentação da Prestação de Contas de convênio (Parintins – 2003)</p> <p>4) Ausência de controles de utilização das embarcações e do quantitativo de alunos (Parintins – 2003)</p> <p><u>ANO DE 2004:</u></p> <p>1) O Município não vem cumprindo o disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, o qual versa sobre a determinação da Prefeitura do Município notificar os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais sobre a liberação de recursos por órgãos e entidades da administração federal direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. (Parintins -2004).</p> <p>2) Contratação de embarcações para o transporte escolar sem o devido processo licitatório (Parintins, 2004)</p>
--	---

TABELA 3

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO</p> <p>ou</p> <p>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL</p> <p>Ação: Dinheiro direto na escola para a Educação Básica</p> <p>Parintins, 2003. Recursos: R\$ 20.400,00.</p> <p>Parintins, 2004. Recursos: R\$ 25.600,00</p>	<p><u>ANO DE 2003:</u></p> <p>1) A prefeitura ainda não executou os recursos do PDDE/2002 (Parintins – 2003)</p>

TABELA 4

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS – BOLSA ESCOLA</p> <p>Parintins, 2003.</p> <p>Recursos:</p> <p>R\$ 1.599.705,00.</p>	<p><u>ANO DE 2003:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Famílias que possuem rendimento acima do mínimo exigido para ser beneficiário do programa recebem os valores (Parintins – 2003). 2) Recadastramento das famílias e frequência dos alunos encontram-se desatualizado (Parintins - 2003). <p><u>Parintins, 2003.</u> Há repetição de nome de responsáveis e crianças também.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3) Divergência de informações entre os registros de frequência da prefeitura (relatórios de frequência) e os da escola (diário de classe). (Parintins – 2003).

TABELA 5

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO</p> <p>Ação: Expansão e melhoria da Rede Escolar – PROMED.</p> <p>Parintins, 2003.</p> <p>Recursos:</p> <p>R\$ 1.235.566,00 (para todo o Estado do</p>	<p><u>ANO DE 2003:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Programa não iniciado (Parintins, 2003) <p><u>Parintins, 2003.</u> Constatamos que o programa ainda não foi iniciado no município de Parintins, assim como em qualquer outro município do Estado, pelo motivo de o Estado ainda não ter dado início à execução do</p>

Amazonas)	<p>Convênio N.º 201/01 (SIAFI N.º 432898), celebrado entre o Ministério da Educação e o Estado do Amazonas, com vigência até agosto de 2003. Em visita à Secretaria de Educação do Estado, a equipe de fiscalização foi informada que está havendo dificuldades no gerenciamento do programa. De fato, as etapas mais avançadas do programa ainda estão na fase de licitação.</p> <p>2) Escola agrotécnica da Vila Amazônia sem cumprir seu objetivo (Parintins, 2003).</p> <p><u>Parintins, 2003.</u> A Escola Agrotécnica da Vila Amazônia, Parintins, foi construída com recursos federais do Convênio n.º 293/96, firmado entre o MEC/FNDE e a Prefeitura Municipal de Parintins. Compreende vários imóveis, muitos dos quais estão abandonados. Na escola há apenas o ensino fundamental, não cumprindo o seu objetivo de funcionar como escola agrotécnica.</p>
-----------	--